



MURILLO DE ARAGÃO

Por Murillo de Aragão

✓ SEGUINDO

Brasil

Ficha Limpa em risco

Mudanças na lei não podem ocorrer sem um amplo debate

Por Murillo de Aragão

Atualizado em 14 fev 2025, 23h07 - Publicado em 14 fev 2025, 06h00



Hugo Motta (Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados)



A Lei da Ficha Limpa representa um marco na legislação eleitoral brasileira ao estabelecer critérios mais rigorosos para a elegibilidade de candidatos. Seu objetivo principal é impedir a candidatura de indivíduos condenados por órgãos colegiados por crimes como corrupção, improbidade administrativa e outros delitos graves. No entanto, desde sua implementação, a legislação tem sido alvo de diversas tentativas de modificação, o que levanta preocupações sobre seus impactos na democracia brasileira. A origem da Lei da Ficha Limpa remonta a um movimento de iniciativa popular que coletou mais de

Voltar para o site de **veja**

ressionar o Congresso a aprovar normas mais

rigorosas sobre inelegibilidade. A lei foi sancionada em 2010 e considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012. Desde sua criação, tem sido um instrumento de depuração política, impedindo a candidatura de vários políticos com histórico de condenações. Seu impacto foi significativo ao longo dos anos, alterando a dinâmica das eleições e aumentando a percepção pública sobre a importância da moralidade na administração pública.

Diversas propostas legislativas e decisões judiciais têm buscado flexibilizar a aplicação da Lei da Ficha Limpa. Algumas das principais tentativas incluem a redução do período de inelegibilidade, atualmente de oito anos para aqueles condenados por órgãos colegiados, permitindo que políticos voltem a concorrer mais rapidamente. Outra proposta visa a alterar os critérios de condenação, restringindo a inelegibilidade apenas a condenações definitivas, ou seja, após o trânsito em julgado, o que na prática retardaria a aplicação da lei e possibilitaria que candidatos concorressem mesmo após condenação em segunda instância.

“A flexibilização traria impactos negativos para a democracia, como o retrocesso no combate à corrupção”

Um dos projetos de lei sobre o tema está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara e tem relatoria do deputado Filipe Barros (PL-PR), propondo que o prazo de inelegibilidade seja

reduzido para dois anos. A proposta ganhou força após o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sinalizar que considera oito anos um tempo excessivo para inelegibilidade. O tema não deve ser decidido sem um amplo debate. A flexibilização traria impactos negativos para a democracia brasileira, como o retrocesso no combate à corrupção, favorecendo a volta de políticos condenados e enfraquecendo a responsabilização. A percepção de que a legislação está sendo enfraquecida pode gerar desilusão no eleitorado, reduzindo o engajamento cívico e a credibilidade das instituições. Além disso, políticos condenados poderiam retornar mais rapidamente às disputas, comprometendo a competição justa e equitativa entre candidatos com histórico limpo e aqueles com problemas judiciais.

Voltar para o site de **veja**

Considerando que, mesmo com a Lei da Ficha Limpa, ainda não foi possível eliminar a presença de políticos com histórico de irregularidades, reduzir o período de inelegibilidade para apenas dois anos enfraqueceria ainda mais os mecanismos de depuração política. Pode-se, evidentemente, discutir se o prazo e as exceções existentes na legislação atual são adequados. No entanto, a redução desse prazo é incompatível com o desejo de construir uma democracia funcional e comprometida com a ética.

Publicado em VEJA de 14 de fevereiro de 2025, edição nº 2931

MAIS LIDAS

- 1** | **Mundo**
Brasil passa vergonha em exposição no Japão
- 2** | **Cultura**
Cauã Reymond e Bella Campos discutem nos bastidores de 'Vale Tudo'
- 3** | **Cultura**
O destino de Maria Gladys após ajuda providencial da neta famosa, Mia Goth
- 4** | **Cultura**
O último suspiro de um dos grandes milagres de longevidade do rock'n'roll
- 5** | **Brasil**
O novo problema de herdeiros de Gal Costa com a Justiça

HUGO MOTTA

POLÍTICA

Giro VEJA - terça, 15 de abril

Pressão por PL da Anistia sobe e Pablo Marçal sofre duplo revés na Justiça

Voltar para o site de **veja**